**Declaração introdutória destinada à audição na Comissão das Petições,
em 3 de dezembro de 2019
Cecilia Wikström**

Agradeço o convite que me foi dirigido para me pronunciar sobre a minha candidatura ao cargo de Provedor de Justiça.

Gostava de começar por vos contar uma história.

Em 2009, alguns meses após ter sido eleita deputada ao Parlamento Europeu, um dos meus amigos, sabendo que me encontrava «em Bruxelas», pediu-me um conselho: o seu pai, proprietário de uma pequena empresa no setor dos produtos químicos, necessitava de autorização para um novo produto da Agência dos Produtos Químicos. Estava há mais de um ano à espera de uma resposta para os vários pedidos que havia enviado. Com efeito, para uma pequena empresa essa autorização podia representar a diferença entre o falhanço ou o sucesso, a vida e a morte; para os seus trabalhadores, podia significar, simplesmente, a perda dos seus postos de trabalho.

Totalmente indignada, consultei alguns advogados no secretariado da Comissão dos Assuntos Jurídicos. Mas rapidamente perdi as ilusões: sim, o pai do meu amigo poderia dirigir-se ao Tribunal de Justiça, mas o processo levaria anos e representaria um pesado ónus financeiro.

A resposta da Agência acabou por chegar, embora fosse demasiado tardia para convencer o meu amigo ou o seu pai ou os seus empregados e as suas famílias das virtudes da Europa.

Todos nós já nos vimos confrontados nas nossas carreiras políticas com histórias de cidadãos que esbarraram na barreira intransponível da burocracia da União. Estamos também plenamente conscientes das dificuldades que uma pessoa singular ou uma pequena empresa podem sentir ao tentarem obter provimento para os recursos que apresentam. **O acesso à justiça** numa situação de confronto com a administração europeia pode revelar-se um **pesadelo**. Deparei-me inúmeras vezes com esta situação na qualidade de presidente da Comissão das Petições.

Hoje em dia, a legislação da União tem um impacto muito mais vasto na vida das pessoas. **No entanto**, as possibilidades de obtenção rápida de reparação por via judicial continuam a ser reduzidas, uma vez que o recurso para o Tribunal de Justiça constitui uma via **morosa, complexa e demasiado dispendiosa para o «comum dos mortais»**.

Não é, por isso, surpreendente que os cidadãos se sintam excluídos da «burocracia de Bruxelas» e que o euroceticismo tenha vindo a ganhar terreno.

É aqui que entra em cena o Provedor de Justiça, cuja verdadeira missão é a seguinte: **procurar obter reparação para o cidadão «comum» quando este se vê confrontado com o poder esmagador da administração europeia.**

Estou convicta de que **o futuro da União, e mesmo a sua própria sobrevivência**, depende da sua capacidade para melhorar a posição dos seus cidadãos perante as instituições e para garantir a qualidade da sua administração.

Estas são as razões que estão na base da minha candidatura. Enquanto deputada ao Parlamento, envidei esforços para servir de **ponte** entre os eleitores da minha circunscrição e a política europeia. Seria para mim uma honra **ser um elo de ligação entre os cidadãos europeus e a sua administração**.

Gostaria de aproveitar o ensejo para manifestar o meu apreço pelo trabalho desenvolvido pelo primeiro Provedor de Justiça, Jacob Södermann, pelo seu sucessor, Nikiforos Diamandouros, e, evidentemente, por Emily O'Reilly, cujo trabalho árduo tive oportunidade de testemunhar em primeira mão na qualidade de presidente da Comissão das Petições.

Creio que é chegado o momento de renovar o compromisso do Provedor de Justiça Europeu relativamente ao direito a uma boa administração, nomeadamente o direito a que os assuntos «sejam tratados pelas instituições, órgãos e organismos da União de forma imparcial, equitativa e num prazo razoável».

Não basta que este direito esteja mencionado na Carta. É sobretudo necessário que este propósito se torne uma realidade. Estou profundamente convicta de que **chegou a hora** de ir **mais além** e instituir uma **verdadeira cultura de serviço** no seio das instituições da União Europeia.

Assim, quando ouço as palavras «Provedor de Justiça», penso em todas essas pessoas, todos os cidadãos comuns que **acreditaram na promessa da Europa**, mas que esbarraram no muro intransponível de uma burocracia sem rosto e que não presta contas.

Quero ser a **Provedora de Justiça destas pessoas**. Farei tudo o que estiver ao meu alcance para que essas pessoas obtenham, se possível, uma reparação justa ou uma solução mutuamente acordada e mereçam sistematicamente um tratamento respeitoso, uma explicação adequada e um pedido de desculpas.

A administração pública existe para servir o cidadão e não o contrário.

Pessoalmente, creio firmemente **numa cultura de serviço**.

Todas as instituições e agências, incluindo o Parlamento, devem respeitar as regras de boa administração. O mesmo se aplica **sem qualquer exceção ao Provedor de Justiça, que deve dar o exemplo e ser o primeiro** a respeitar estas regras. Será este o compromisso que assumirei de forma empenhada.

O serviço prestado aos cidadãos será a minha **prioridade**, pelo que envidarei todos os esforços ao meu alcance para conferir a máxima importância ao tratamento **eficaz e justo de cada caso**.

Por conseguinte, atribuirei uma maior importância às competências «jurídicas» e, também muito importante, à cultura do «multilinguismo» e da «diversidade» do gabinete do Provedor de Justiça.

Em primeiro lugar, o gabinete do Provedor de Justiça deve **compreender** as queixas dos cidadãos. Para tal, é indispensável assegurar o **carácter multicultural dos seus efetivos**. Não

devemos esquecer o direito que assiste aos cidadãos da União de se dirigirem às instituições e de receberem uma resposta na sua própria língua. O **multilinguismo** é uma característica constitucional da União e um **elemento essencial da democracia europeia**.

O pessoal do gabinete do Provedor de Justiça será oriundo de **diferentes tradições jurídicas e de diferentes Estados-Membros, possuirá sólidos conhecimentos de várias línguas** e será selecionado por via de um processo competitivo justo.

Os gabinetes do Provedor de Justiça estão instalados nos edifícios do Parlamento Europeu, que presta igualmente apoio logístico. Procurarei **estabelecer sinergias** com a administração do Parlamento, a fim de garantir a **eficiência, mas também o rigor orçamental**.

Nunca poderemos esquecer que o Provedor de Justiça é uma emanação do Parlamento Europeu. Não lhe cabe assumir um **papel político** nem tomar a iniciativa política. **Esse é o papel do Parlamento**.

Com efeito, prometo ser uma Provedora de Justiça que escuta o Parlamento e que coopera com esta instituição.

Constitui meu dever prestar regularmente informações à Comissão das Petições e elaborar relatórios especiais ou estratégicos **sempre no interesse dos cidadãos, com o objetivo de melhorar a administração europeia**, sem nunca substituir as instituições políticas.

Se o Parlamento decidir - o que espero sinceramente - relançar a sua **iniciativa legislativa relativa a uma lei de processo administrativo**, que visa aplicar as mesmas normas a todas as instituições e organismos da União de forma uniforme, transparente e simples, poderá contar com o meu firme empenho e o meu entusiasmo.

Este projeto do Parlamento baseou-se no primeiro código de boa conduta administrativa do Provedor de Justiça e continua a ser um **exemplo paradigmático** do tipo de iniciativas que o **Provedor de Justiça e o Parlamento Europeu podem desenvolver em conjunto**.

Creio que não será necessário recordar-vos que a iniciativa legislativa do Parlamento, embora firmemente apoiada por 572 deputados ao Parlamento Europeu, nunca foi seguida pela Comissão.

Em minha opinião, com o compromisso da Presidente Von der Leyen de dar seguimento a iniciativas legislativas do Parlamento, creio que este é o momento certo para **relançar um projeto deste tipo**, que poderia ser um passo importante para alterar a cultura da Comissão e **tornar as instituições mais acessíveis e compreensíveis para as pessoas e as empresas**.

Agradeço a atenção dispensada à minha exposição e o interesse dedicado à minha candidatura. Coloco-me agora à vossa disposição para responder a todas as perguntas que me forem formuladas. Além disso, terei todo o gosto em avistar-me com qualquer um de vós para trocar ideias sobre eventuais observações ou sugestões.